FH enfrenta os rebeldes

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – Em nova tentativa de esvaziar a CPI da Corrupção, o presidente Fernando Henrique Cardoso exigiu ontem, em reunião do comando político do governo, que os partidos da base aliada assumam posição contra a criação da CPI da Corrupção. A determinação foi imediatamente cumprida pelo PSDB, que divulgou uma nota, intitulada “Disputa política não pode paralisar o país”.

Segundo a nota, o PSDB está “unido em torno do presidente” e “não dará respaldo às ações oportunistas da oposição e de alguns de seus aliados circunstanciais e combaterá, com todas as suas forças, a tentativa de criar no país um clima indesejável cuja consequência será a instabilidade e uma ameaça ao desenvolvimento econômico e social em curso”.

O porta-voz da Presidência da República, Georges Lamazière, disse que Fernando Henrique “nada tem a esconder de uma CPI”, mas considera que “a proposta está fora do foco constitucional e a maioria dos fatos listados ou são do passado ou estão sendo investigados pelos canais regulares, democráticos e competentes”. Para o presidente, os fatos apontados no requerimento da oposição são “fantasiosos”.

Como parte da estratégia do governo para barrar a CPI da Corrupção, Fernando Henrique fará hoje, às 20h30, pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão para ressaltar a entrada em vigor do salário mínimo de R\$ 180, em 1º de abril. A fala terá duração de cinco minutos e presidente destacará também o esforço do governo para ajudar a pagar a correção do FGTS no valor de R\$ 42 bilhões, referente aos planos Collor e Verão. O presidente deverá assinar medida provisória e projeto de lei complementar viabilizando o acordo para criar recursos para pagar a diferença do FGTS a 60 milhões de trabalhadores.

Fernando Henrique delegou poderes ao ministro Aloysio Nunes Ferreira, da Secretaria-Geral da Presidência, e aos líderes governistas para receberem os pleitos dos parlamentares. O governo está se mobilizando para evitar que, no Senado, o requerimento da CPI receba a 26ª assinatura de apoio. Se isso ocorrer, a oposição precisará só de mais uma assinatura para instalar a CPI no Senado.

A Advocacia Geral da União e a assessoria jurídica do Palácio do Planalto estão preparadas para ingressar no Supremo Tribunal Federal com ação de inconstitucionalidade, caso a oposição consiga no Congresso as assinaturas para criar a CPI da Corrupção, informou um assessor do governo.

A orientação do comando político, após a reunião ontem no do Planalto, é desenterrar denúncias contra parlamentares que ameaçam assinar o requerimento e contra governadores e prefeitos oposicionistas. Denúncias que estão no Tribunal de Contas da União foram solicitadas para exame no Planalto.